

apresentação

presentation

A presente edição da revista traz contribuições variadas sobre a história econômica brasileira, bem como investigações instigantes sobre a história da Colômbia, Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, além de um artigo sobre o pensamento econômico de Keynes. Tais aportes, para além do escopo brasileiro, mostram a produção variegada da academia brasileira nesses campos de estudos, o que também de alguma forma contribui para o melhor dimensionamento da própria evolução histórica do capitalismo brasileiro. Como sempre, agradecemos à contribuição de autores, editores, pareceristas, revisores e diagramadores na conservação da qualidade da revista em suas diferentes etapas de produção.

O artigo inicial “O Estado fala mais alto: o telefone em Belo Horizonte, 1894–1912”, escrito por James William Goodwin Junior, investiga tema pouquíssimo pesquisado na história econômica brasileira: o desenvolvimento do sistema telefônico em Belo Horizonte, cidade singular em sua modernidade *fin-de-siècle*. O tema, ademais, renova sob um ponto de vista mais político e social, antigas abordagens da urbanização e das empresas de serviços públicos, tão correntes na historiografia brasileira a partir dos anos 70, mas também adota a perspectiva da tecnologia enquanto uma construção social, dimensão pouco presente nos estudos da área. Conclui o autor pela caracterização da forte presença do Estado nas décadas iniciais de formação da rede telefônica belorizontina, aspecto que daria uma feição singular a seu desenvolvimento, quando comparada a outras cidades mineiras, como Juiz de Fora e Ouro Preto.

O segundo artigo, “Breve panorama da trajetória do Instituto Nacional do Mate: alguns apontamentos sobre erva-mate e economia nacional”, de José Antonio Fernandes, também apresenta uma pesquisa sobre tema pouco usual na história econômica: a erva-mate brasileira.

Produto essencial para o desenvolvimento agrícola das regiões meridionais desde o período colonial e de amplo consumo entre os países platinos e em parte significativa do Brasil, a erva-mate seguiu o destino dos produtos agrícolas exportados na crise de 29, com perdas significativas no preço e nas receitas ao longo dos anos 30. Nesse contexto, o autor aborda as intenções do Instituto Nacional do Mate, criado pelo governo getulista para fomentar a industrialização do gênero, avançando na cadeia produtiva, além de tratar dos aspectos vinculados ao estímulo ao consumo da erva-mate até a década de 60.

Em seguida, o artigo de André Fillipe de Mello e Paiva, “O império da fiscalidade: notas sobre a produção colonial”, apresenta um panorama geral da evolução das conjunturas econômicas da América Portuguesa no século XVIII e início do seguinte, utilizando-se os valores do preço do açúcar, ouro, tabaco e escravos como indicadores gerais das transformações operadas na economia colonial, bem como, quando possível, dos diferenciais de preços entre a colônia, a metrópole e os centros mercantis europeus, como Amsterdam e Londres.

O texto de Clara Inés Carreño Tarazona, “Aproveitar propriedades para construir vias de comunicação: o caso das fazendas Bebedouro (Brasil) e a Luisiana (Colômbia), 1870-1900”, envereda pelo caminho frutuoso, porém igualmente difícil, da história comparativa. A autora, de origem colombiana, retoma a questão clássica da fazenda cafeeira no Oeste paulista comparando-a com a situação de uma *hacienda* colombiana, cuja economia também residia na cafeicultura. O fio condutor da análise é a relação entre as famílias proprietárias e suas estratégias de criação de infraestrutura de comunicação, articuladas pelos laços políticos, para melhor alcançar as rotas comerciais do mercado mundial.

Os dois próximos artigos investigam a história dos países anglo-saxões. Daniel Schneider Bastos, autor de “O direito à subsistência em xequê: um olhar sobre a Lei dos Pobres e o Ato de Emenda de 1834”, dedica-se em seu texto ao estudo da nova Lei dos Pobres (1834), tema essencial para a compreensão da formação institucional do mercado autorregulado de trabalho no capitalismo britânico oitocentista. Segundo o autor, a emenda de 1834 “sob o pretexto da austeridade das contas públicas e da moralização dos pobres, instituiu uma legislação muito mais baseada na vigilância, na internação e no controle social dos pobres”. Tal medida constituiu-se como uma projeção de poder crucial para a ascensão da

burguesia industrial inglesa e para o disciplinamento da classe trabalhadora no contexto da Revolução Industrial. Por sua vez, o artigo de Fernando Dall’Onder Sebben e Pedro Perfeito da Silva, “Infraestrutura e desenvolvimento: estudo de caso sobre os Estados Unidos no século XIX”, destaca a importância da construção da infraestrutura, ressaltando o papel do Estado, no desenvolvimento econômico estadunidense ao longo do século XIX, em geral, e quanto ao desenvolvimento industrial, em particular. A constituição de um sistema articulado de infraestrutura fomentou um mercado nacional unificado dotado de competição entre as grandes corporações do período.

O penúltimo artigo, “Natureza da transição e tipo de capitalismo: notas sobre o fim da economia de comando na URSS e a emergência de um capitalismo dirigido pelo Estado”, escrito por Eduardo da Motta e Albuquerque, investiga os caminhos pela via capitalista da antiga União Soviética, questão de notória importância para o entendimento da supremacia de um modelo capitalista de forte regulação liberal, cuja mudança remonta os anos 70. O autor não desvia sua análise das limitações da economia de comando soviética criada a partir de 1929, ressaltando os fatores internos e externos (transição por choques) que contribuíram para o resultado da transição capitalista de uma economia periférica e dependente dos recursos naturais.

Por fim, o último artigo da presente edição dedica-se ao pensamento econômico de Keynes. Em “A economia monetária da produção capitalista de Keynes sob a perspectiva de compreensão da história e da teoria”, André Cutrim Carvalho e David Ferreira Carvalho dedica-se a reconstituir o tratamento teórico dado por Keynes à ideia de economia monetária de produção. Os autores procuram distinguir os diferentes aspectos de uma economia de trocas diretas, de uma economia mercantil-monetária simples (dotada de moeda) e de uma economia empresarial, na qual a moeda afeta as decisões dos agentes e as flutuações da demanda efetiva.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Comissão Editorial